

# Holden Caulfield e a mente do analista

Sérgio Telles

Resenha de Luís Cláudio Figueiredo,  
*A mente do analista*, São Paulo, Escuta, 2021,  
134 p.

Com bem-sucedida carreira acadêmica e prolífico autor, o psicanalista Luís Cláudio Figueiredo nos brinda agora com um pequeno grande livro sobre a mente do analista. Pequeno pelo tamanho (134 p.), grande pela riqueza de ideias que oferece ao leitor.

Figueiredo parte de um “pressuposto básico”. Diz ele:

Para que haja psicanálise basta que opere uma mente de analista, mesmo que faltem todas as demais condições usualmente associadas a uma psicanálise, pois é a mente do analista que pode instalar todas as condições materiais do enquadre, além de poder trabalhar nas mais diversas condições e mesmo sem nenhum enquadre exterior (p. 9).

Na defesa de seu argumento, Figueiredo se apoia no conceito de “enquadre interno do analista” de André Green, que é a internalização feita pelo analista dos princípios da psicanálise, decorrente do trato com o próprio inconsciente em sua análise pessoal.

Ao afirmar ser a mente do analista o único requisito necessário para a instalação de uma

análise, Figueiredo talvez esteja respondendo a uma questão que nos ocupou bastante com o advento da pandemia e a imposição dos tratamentos à distância, quebrando o enquadre convencional há muito estabelecido. Sem negar as diferenças entre as duas formas de atendimento, ao privilegiar o enquadre interno do analista Figueiredo dá a devida dimensão ao problema. Faz ainda um reparo ao apontar como inapropriado o uso do termo “virtual” para caracterizar a análise à distância, desde que o próprio processo analítico, presencial ou não, é completamente virtual, pois se dá no plano das fantasias, da ideação e não da realidade concreta.

O núcleo duro do livro, como diz o título, é o funcionamento da mente do analista em seu trabalho com o inconsciente. Figueiredo organiza uma síntese preciosa dos desdobramentos teóricos e técnicos sofridos pelo conceito de inconsciente até o momento presente.

Essa síntese nos serve como um mapa (ou um GPS, melhor diríamos hoje) bastante útil para todos nós que costumamos transitar pelos territórios irregulares e acidentados do inconsciente, atravessando fronteiras e *fueros*, seguindo apenas as indicações que os analisandos nos dão e o que elas produzem em nós. E é assim mesmo que tem de ser. Não se pode planejar com antecedência o trajeto nem os lugares que a viagem analítica visitará. Mas isso não anula a necessidade de um GPS, pois é sempre bom ter conhecimento da localização e das características de onde estamos.

Para tanto, Figueiredo aponta a diferente concepção de inconsciente na primeira e na segunda tópica. Na primeira tópica, o inconsciente (Inc) está delimitado e tem seus domínios separados do pré-consciente (Pcs) e do consciente (Cs) por barreiras e censuras bem definidas pela repressão. Ela, a repressão, mantém os conteúdos inconscientes sob controle, que só podem retornar à consciência de maneira disfarçada, deslocada e condensada, como sintomas, atos falhos, sonhos, fantasias, etc. A técnica usada para acessar tais conteúdos é a formação do “par freudiano” (Bollas) – o analisando fazendo associação livre e

o analista praticando a atenção flutuante. Na segunda tópica e seu modelo estrutural, o inconsciente alarga seus domínios e invade áreas antes tidas com fora de seu alcance. Embora sediado no id (ou isso), ele passa a ocupar o superego e parte do próprio ego, nos mecanismos de defesa. Essa nova configuração, diz Figueiredo, permite que se fale em “inconscientes” que podem provir de diferentes lugares.

Além dessa modificação no conceito de inconsciente, ocorreu outra importante mudança com a introdução da pulsão de morte, alterando os conteúdos do inconsciente ao introduzir a dimensão pulsional, traumática, desligada, não representacional.

Entre a primeira tópica e a segunda, a questão da transferência se instala e se amplia progressivamente. Inicialmente combatida como resistência, pois efetivamente interferia nas associações livres, logo foi revalorizada ao se compreender ser ela uma manifestação dos desejos e memórias inconscientes, suscitando uma resposta análoga no analista, a contratransferência.

Tudo isso implica grandes mudanças na técnica. O paciente não se restringe a associar livremente, está também atento aos sentimentos despertados pela situação analítica, e, da mesma forma, o analista não mais se atém à atenção flutuante frente à fala do analisando, passa a perscrutar os sentimentos do paciente a seu respeito e ao que ele mesmo sente em relação ao paciente.

A importância da transferência (ou Transferências, como quer Bollas), cresce tanto a ponto de abalar o anterior protagonismo do par associação livre / atenção flutuante, o que Figueiredo considera um erro a ser evitado. Diz ele:

[...] a indispensável atenção às Transferências, entendidas como uma das principais vias de retorno do reprimido e, portanto, de acesso ao inconsciente, pode ocorrer em detrimento da atenção à fala em associação livre e a outras vias de acesso ao inconsciente, como por exemplo os sonhos (Bollas 2006). Para que isso não ocorra, é necessário que a compreensão das Transferências em termos de relação de objeto não exclua a compreensão das Transferências no

plano intrapsíquico, fundamentais na nossa compreensão justamente dos trabalhos oníricos (p. 18).

Mas a complicação não para aí, pois mais recentemente concebeu-se que transferência e contratransferência – vistas antes como fenômenos predominantemente intrapsíquicos, na verdade são intersubjetivos, o que enriquece e torna mais complexo o processo (p. 109). Alguns autores salientam que essa intersubjetividade entre analisando e analista produz um terceiro elemento, se podemos falar assim, uma “quimera” (M’Uzan), um “monstro” que tem características próprias e deve ser atendido. Embora Figueiredo não o mencione como tal, parece-me que ele se refere ao que alguns englobam sob o nome de “terceira tópica”, uma tópica não mais restrita ao intrapsíquico e sim incluindo o intersubjetivo. Nessa intersubjetividade ficam ressaltados aspectos da mente que podem ser cindidos e projetados no outro (Ex-cisão, como na identificação projetiva de Melanie Klein) ou aspectos do inconsciente de um outro que podem ficar “encravados” como nichos ou criptas no inconsciente do sujeito (Abraham e Torok).

Na transição da primeira para a segunda tópica, a repressão perde seu lugar de proeminência. Em *Análise terminável e interminável*, Freud diz que a repressão não pode mais ser a única responsável pelo inconsciente, pois ela só se instala bem posteriormente, provavelmente no Édipo e, antes disso, o psiquismo em formação usa de mecanismos bem mais arcaicos, como a cisão, a negação, o desmentido, a forclusão.

Dessa forma, postula-se que haja áreas do inconsciente que não foram simbolizadas, representadas e posteriormente reprimidas. São áreas vazias ou opacas, que cabe ao analista “construir”, numa atividade que se assemelha à do delírio, mas no sentido oposto. Se o psicótico nega a realidade e a substitui por uma narrativa que atenda seus desejos, o analista, ao detectar falhas simbólicas na apreensão do sujeito sobre si mesmo, “constrói”, ou seja, cria uma narrativa que supre aquela falha e que o paciente acata porque “faz sentido”. Do *nonsense* chega-se ao *sense*, do caótico sem

sentido se estabelece uma coerência antes inexistente. Frente ao inconsciente não reprimido, não simbolizado, cabe ao analista captar sua “apresentação” e criar para ela uma “representação”, ou ainda fazer um trabalho de vitalização e mentalização dessas partes amorfas e mudas.

A existência de um inconsciente não representado ou simbolizado, reconhecida por Freud em *Análise terminável e interminável*, tem um grande desdobramento teórico. As fundamentais contribuições de Melanie Klein – como o já mencionado conceito de identificação projetiva, que se refere a mecanismos psíquicos arcaicos anteriores à repressão – vão ser fundamentais na importância crescente obtida pela transferência e a contratransferência, na compreensão de que a identificação projetiva é não só uma evacuação de conteúdos não simbolizados insuportáveis, mas também uma forma de comunicação primitiva, pré-verbal, ou até mesmo ainda não moldada por qualquer parâmetro (Racker). Nessa mesma linha, Bion propõe a atividade de *rêverie*, com a qual o analista – tal como a mãe faz ao cuidar de seu bebê – “adivinha” o que ocorre com o paciente regredido. Dessa maneira, o analista não se atém mais exclusivamente à atenção flutuante, mas “sonha” a partir dos conteúdos do analisando e de sua reação contratransferencial, fazendo uso de uma liberdade e criatividade mais amplas das que tinha no procedimento anterior. Essa é uma das vias que desembocam na já referida “terceira tópica”, na qual os fenômenos psíquicos não se localizam intrapsiquicamente em cada indivíduo e sim num espaço intersubjetivo que se instala entre os sujeitos envolvidos.

A mente do analista, continua Figueiredo, deve estar atenta à questão da temporalidade tal como se apresenta numa análise – o tempo cronológico, o tempo *après-coup*, o tempo despedaçado de Green. Ali, talvez mais do que em qualquer outro lugar, a questão metafísica do “estar presente” fica colocada. O passado, que invade permanentemente o presente, leva a confusões entre o antes e o distante com o aqui e agora, fazendo com que o sujeito confunda permanentemente as relações

afetivas do passado com as do presente – e desfazer essa confusão é uma das funções da análise.

Assim, Figueiredo faz um minucioso inventário das atividades exercidas pela mente do analista em seu trabalho. O analista deve estar apto para seguir a associação livre em atenção flutuante; deve estar atento aos sentimentos do analisando a seu respeito e que sentimentos isso desperta em sua pessoa; deve estar ciente dos vários mecanismos de defesa e dos cinco tipos de resistências (do ego, do id e do superego); deve construir as falhas constitucionais do psiquismo, criando sentido para as regiões não simbolizadas, representadas ou mentalizadas; deve discriminar os tempos diversos que se sucedem numa sessão e perceber a incidência das “quimeras” produzidas pela intersubjetividade.

A isso tudo se acrescentam os diversos corpos teóricos em andamento e que sustentam a prática clínica da psicanálise dos dias de hoje, que Figueiredo chama “matricial” e na qual divisa duas grandes matrizes – a Freud-Klein-Bion e a Ferenczi-Balint-Winnicott. É interessante notar a exclusão de Lacan dessas matrizes, o que poderia levantar interessantes questões.

O analista substitui a antiga atenção flutuante pela “escuta polifônica” – baseada em seu enquadre interno e nos substratos teóricos adquiridos, que, por sua vez, não devem ser seguidos dogmaticamente – são guias para seu pensamento, não grillhões que impeçam sua liberdade criativa. A mente do analista, segundo Figueiredo, faz a escuta polifônica e produz uma polifonia própria, pois sua fala supostamente incluiria os diversos níveis que foram devidamente integrados.

Ao listar de forma didática a imensidão da tarefa com a qual a mente do analista se defronta, Figueiredo nos mostra por que a psicanálise é, dada a quantidade de variáveis a serem consideradas, uma das profissões “impossíveis”, como dizia Freud. Não é à toa, como Figueiredo lembra, que Freud se refere ao analista como “esse coitado”.

Como o analista suporta tarefa tão descomunal, como não enlouquece? Seria um sintoma

masoquista? (p. 118). Figueiredo recorre a Robert Fliess, que propõe o desenvolvimento de um *work ego* no analista, que decorre de um acordo específico entre o superego e o ego, quando o primeiro diminui o controle sádico sobre o segundo, permitindo uma liberdade e uma criatividade que possibilitam o trabalho analítico – a atenção flutuante, a *rêverie*, a escuta polifônica. Ou seja, facilita ao analista lidar com seus próprios aspectos mais regredidos e os do analisando, proporcionando identificações e empatias entre os dois.

Há uma outra ferramenta que protege a saúde mental do analista. Em seu trabalho, ele se vê forçado a empreender sua inesgotável e incessante autoanálise. Diz Figueiredo:

É isso que, apesar dos pesares torna a prática da psicanálise e da escrita psicanalítica uma das formas de exercício da própria higiene mental preconizada por Freud e Ferenczi. Se a psicanálise põe a mente do analista em perigo, ela também o ajuda a pensar e elaborar as experiências emocionais e permanecer em processo contínuo de criação e expansão. Isso pode ser extremamente divertido. É o que, nesse exato momento, estamos tentando realizar aqui (p. 115).

Figueiredo atribui outro importante fator que torna suportável o trabalho “meio doido” do analista, é o que chama de *furor sanandi*. Diz ele: “O *work ego* do analista, chamado por Freud de “esse coitado”, cujas agruras fomos identificando, bem como fomos recenseando as demandas complexas e contraditórias a que sua mente tem de responder, provavelmente não sobreviveria sem um pouco de *furor sanandi*, tal como foi observado por Ferenczi” (p. 114).

Esse é o aspecto mais interessante do livro. O *furor curandis* ou *furor sanandi*, a determinação de curar o paciente, é uma armadilha onipotente que o próprio Freud apontou e que deve ser evitada a qualquer preço. Mas ainda assim, pensa Figueiredo, está presente no desejo do analista e lhe dá forças para prosseguir frente a tantos obstáculos.

O analista não deve ser doido “demais” – e embarcar onipotentemente na missão de salvar

o paciente (um risco mais próximo da matriz ferencziana), nem doido “de menos” (o analista burocrata e técnico que se recusa a mergulhar na loucura do analisando e na sua mesma). É verdade que há tipos diferentes de pacientes e isso exige uma flexibilidade na técnica, mais “doida” ou menos “doida”, mais envolvida ou não, como defendem Alvarez e Bollas.

Para desenvolver sua ideia sobre a “doidice” do trabalho analítico, seu *furor curandis*, Figueiredo encontrou um excelente modelo literário em Holden Caulfield, o personagem central de *Apanhador em campo de centeio*, o muito admirado e estimado livro de J. D. Salinger.

Holden, um complicado adolescente nova-iorquino nos anos 1950, tinha uma fantasia, na qual se via num campo de centeio, onde corriam e brincavam crianças, ignorando que poderiam despencar de um penhasco próximo. Holden se via como o único adulto responsável, com a obrigação de apanhar as crianças antes que elas caíssem no abismo. Numa segunda imagem posterior, Holden observa a irmãzinha brincando num carrossel, teme que ela caia, sabe que isso é bem possível que ocorra, mas não se assusta, pensa que talvez a queda lhe seja benéfica, parte inevitável do aprendizado do viver. Não lhe cabe interferir. Está atento, mas deixa que ela adquira a própria experiência.

Figueiredo faz uma interessante interpretação das fantasias de Holden. A primeira é uma fantasia onipotente de ser o único responsável por todos e ter de salvar a todos, uma tarefa imensa e impossível. A fantasia de Holden é equivalente ao *furor curandis*, o empenho onipotente de curar que acomete todo analista e que precisa ser “controlado”, não eliminado, pois ela faz parte do envolvimento necessário com o paciente.

A segunda fantasia é a versão “domada”, ou seja, elaborada e integrada da primeira, e representa a posição apropriada ao analista. Ele está atento aos perigos que o analisando corre, mas não o controla e infantiliza, deixa que ele corra os riscos necessários ao crescimento.

Mas a interpretação mais importante que Figueiredo dá de Holden é que, ao tentar ser o



apanhador em campo de centeio, *ele está projetando nas crianças o desamparo e a necessidade de ser cuidado que são dele mesmo.*

Tal interpretação dá uma nova perspectiva ao texto de Figueiredo. *A fantasia não revela mais o desejo onipotente de salvar ou de reparar o outro e sim de ser salvo e amparado.* A fantasia salvacionista do analista seria a projeção que ele faz no analisando de seus próprios desejos mais regredidos e psicóticos, necessitados de cuidados e amparos. Conseqüentemente, a segunda fantasia mostraria o analista menos projetivo, mais discriminado do paciente, tolerando melhor sua própria angústia, discriminando-a daquela do analisando.

Figueiredo retoma o aviso de Freud – reenfocado em *Análise terminável e interminável* – sobre a necessidade de tratar a própria doença do analista, a necessidade da análise pessoal, imprescindível para que ele possa discriminar seu inconsciente do inconsciente do analisando no processo analítico.

É grande a importância do infantil, do imaturo, do patológico, na mente do analista. Esses aspectos não devem ser reprimidos e sim “curados”, integrados, pois são imprescindíveis para exercermos nossa tarefa analítica. Diz Figueiredo:

A “cura”, e não a salvação, será o produto dessas operações de trabalho psíquico consciente e inconsciente e poderia ser concebida muito singelamente como *a elaboração permanente e continuada – ainda que sujeita a*

*algumas interrupções – de nossas experiências emocionais, em particular, as mais perturbadoras, na forma de agonias e angústias* (p. 121, grifos meus).

Acolher e tolerar os aspectos regressivos do analisando e se dispor a ajudá-lo como fomos ajudados por nossos analistas quando a eles recorremos é o que nos possibilita simultaneamente identificarmo-nos com ele e dele nos discriminarmos, recuperando a distância necessária para intervir analiticamente. Diz Figueiredo:

Em todos os agrupamentos de analistas encontramos essas diferenças quanto à evidência da fantasia infantil onipotente. [Refere-se a psicanalistas que são “doidos demais” (como Harold Searles) ou “de menos” (a maioria)] É difícil, contudo, imaginar algum analista em atividade – inclusive os mais sóbrios – que não conserve uma boa dose dela. Nesse caso, isso deve significar que todos levamos pela vida afora, dentro de nós, algum traço do adolescente Holden Caulfield e, *se nossa interpretação tiver sido justa, alguma coisa também das criancinhas que ele imaginava em grande perigo e queria apanhar antes de caírem. E por essa condição, também precisamos agradecer* (p. 128, grifos meus).

*A mente do analista* é um livro de leitura agradável e instigante, que estimula o leitor a refletir sobre as questões que aborda e prova que uma obra pode ser densa e profunda sem por isso ter de ser enfadonha.